ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASILCAMINHOS E DESAFIOS

Juliane Cristina Molena (Formada em Pedagogia
juliane_molena@hotmail.com)
Elislane Meiri Barioni (Formada em Pedagogia
lanebarioni@gmail.com)

RESUMO

Este artigo discute a carreira docente como instrumento de valorização profissional e os principais elementos que a estruturam: a formação continuada, as condições de trabalho e a remuneração. Com base em Freitas (2022), reflete-se sobre como a legislação educacional configura essa carreira e de que forma ela tem impactado o cotidiano dos professores, especialmente aqueles que atuam em áreas rurais. A análise evidencia avanços legais importantes, mas também destaca os desafios persistentes e as desigualdades na implementação das políticas educacionais voltadas à valorização do magistério.

Palavras-chave: Carreira docente, Valorização profissional, Educação do campo, Políticas públicas, Legislação educacional.

ABSTRACT

This article discusses the teaching career as a tool for professional development and the main Element that structure it: continuing education, working conditions, and remuneration. Based on Freitas (2022), the article reflects on how educational legislation shapes this career and how it has impacted the daily lives of teachers, especially those working in rural areas. The analysis highlights important legal advances, but also highlights the persistent challenges and inequalities in the implementation of educational policies aimed at promoting the teaching profession.

Keywords: Teaching career, Professional development, Rural education, Public policies, Educational legislation.

ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

INTRODUÇÃO

A valorização dos profissionais da educação é uma das pautas centrais no debate sobre a qualidade do ensino no Brasil. Esse tema envolve não apenas a questão salarial, mas também o reconhecimento social, as condições de trabalho, a formação adequada e contínua e o apoio à saúde física e mental dos educadores.

A carreira docente, prevista em diversas legislações, surge como um mecanismo legal capaz de organizar o percurso profissional do professor ao longo dos anos. No entanto, a existência formal de uma carreira não garante, por si só, o reconhecimento e bem-estar necessários para o pleno exercício da docência.

Conforme aponta Freitas (2022), a valorização docente deve ser analisada sob dois eixos fundamentais: a qualidade do ensino e a qualidade de vida do trabalhador da educação.

Ambos os aspectos estão diretamente ligados à estrutura da carreira e à maneira como ela é implementada nas diferentes redes de ensino. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da carreira docente na valorização profissional dos professores e discutir como elementos como formação, remuneração e condições de trabalho têm sido incorporados à política educacional brasileira, especialmente no que se refere aos educadores que atuam em áreas rurais e de difícil acesso.

A carreira docente, entendida como um conjunto de normas que regulam o desenvolvimento profissional dos professores ao longo do tempo, tem sido reconhecida como um dos pilares para garantir a valorização do magistério. Sua função vai além da simples organização administrativa: ela estabelece os critérios para promoções, progressões salariais e reconhecimento de mérito.

No entanto, como ressalta Freitas (2022), o simples fato de existir uma carreira estruturada na legislação não assegura que o docente seja, de fato, valorizado em sua prática cotidiana.

Em muitas redes de ensino, os planos de carreira são desatualizados, burocráticos ou não aplicados de maneira justa e transparente. Isso compromete o papel da carreira como mecanismo de valorização.

Além disso, quando a progressão depende exclusivamente do tempo de serviço e não considera a qualificação ou o desempenho do professor, a estrutura da carreira perde seu potencial transformador.

A valorização, nesse sentido, precisa se expressar em oportunidades reais de crescimento, desenvolvimento profissional, estabilidade e remuneração compatível com a importância social da função docente.

A formação dos professores é um dos principais elementos que sustentam a carreira docente. Ela deve ser pensada tanto no momento do ingresso na profissão quanto ao longo de toda a trajetória profissional.

A formação inicial precisa preparar o futuro educador para os desafios da sala de aula, enquanto a formação continuada deve oferecer suporte para o aperfeiçoamento constante da prática pedagógica.

Entretanto, no Brasil, ainda há grandes desigualdades no acesso à formação de qualidade. Em regiões rurais, por exemplo, é comum encontrar professores com pouca formação específica, que enfrentam dificuldades para se deslocar até instituições de ensino superior ou participar de cursos de atualização.

Além disso, as políticas de formação continuada, quando existem, muitas vezes não dialogam com a realidade vivida nas escolas, sendo impostas de forma vertical e descontextualizada.

Dessa forma, a valorização da carreira docente também deve passar por investimentos consistentes em formação inicial e continuada, com incentivo financeiro, reconhecimento profissional e valorização dos esforços individuais e coletivos em prol de uma educação de qualidade.

Uma carreira estruturada precisa considerar a formação como critério de ascensão e valorização dentro do plano de carreira.

Não se pode falar em valorização sem discutir as condições objetivas de trabalho e a remuneração dos professores. A realidade brasileira ainda é marcada por baixos salários, jornadas exaustivas, acúmulo de funções, infraestrutura precária nas escolas e falta de reconhecimento social.

Esse cenário afeta diretamente a motivação e o desempenho dos educadores, contribuindo para a evasão da profissão e para o adoecimento físico e mental de muitos profissionais.

Freitas (2022) destaca que a valorização deve ser pensada tanto na perspectiva da qualidade do ensino quanto na qualidade de vida do trabalhador. Isso significa que os professores precisam ter acesso a ambientes escolares adequados, materiais didáticos, tecnologia, apoio pedagógico e psicológico.

Além disso, é necessário garantir uma remuneração justa, que reconheça a complexidade da função docente e a responsabilidade social assumida por esses profissionais.

Uma carreira valorizada deve oferecer remuneração compatível com a titulação, o tempo de serviço e o desempenho, além de garantir estabilidade e condições dignas de trabalho.

É fundamental que os sistemas de ensino reconheçam o papel central do professor na formação de cidadãos críticos e conscientes, e invistam na criação de um ambiente de trabalho saudável, respeitoso e motivador.

Quando se trata da valorização dos profissionais da educação, é imprescindível considerar as especificidades dos docentes que atuam no campo.

Esses profissionais enfrentam desafios adicionais, como o isolamento geográfico, a falta de acesso a cursos de formação, a precariedade da infraestrutura escolar e o transporte escolar inadequado. Muitas vezes, o professor rural precisa se deslocar grandes distâncias ou atuar em turmas multisseriadas, com poucos recursos e pouco apoio institucional.

A carreira docente precisa reconhecer essas especificidades e criar mecanismos de incentivo à permanência desses profissionais nas áreas rurais. Isso pode ser feito por meio de gratificações, bonificações, programas de capacitação contínua em serviço e políticas específicas voltadas para o contexto do campo. Também é necessário valorizar a identidade da escola rural, entendendo que ela possui características culturais, sociais e econômicas próprias, que devem ser respeitadas e integradas ao currículo.

Políticas educacionais que ignoram as particularidades do campo tendem a fracassar, pois não conseguem oferecer respostas adequadas às necessidades desses educadores.

A valorização, nesse caso, passa pelo reconhecimento da diversidade e pela criação de estratégias que deem voz e protagonismo aos professores que atuam nesses territórios.

A valorização dos profissionais da educação é um processo complexo que exige compromisso político, investimento público e transformação cultural.

A carreira docente, quando bem estruturada e implementada, pode ser uma ferramenta poderosa para promover esse reconhecimento, garantindo aos professores condições dignas de trabalho, oportunidades de desenvolvimento profissional e uma remuneração justa.

Ao longo da discussão apresentada, ficou evidente que valorizar os professores vai muito além de oferecer promoções na carreira ou aumentar salários.

Trata-se de enxergar o profissional da educação como peça fundamental no desenvolvimento do país, reconhecendo que a qualidade do ensino está diretamente ligada à forma como os docentes são tratados, preparados e apoiados no exercício de sua profissão.

A valorização docente envolve diversos aspectos que não podem ser ignorados. Em primeiro lugar, está a formação inicial e continuada de qualidade, que prepara o educador para lidar com os desafios da sala de aula e da sociedade.

Não basta apenas concluir uma graduação em pedagogia ou licenciatura; é essencial que haja oportunidades constantes de aperfeiçoamento e atualização, permitindo que o professor acompanhe as transformações do mundo e das práticas pedagógicas.

Além da formação, é preciso garantir condições adequadas de trabalho. Muitos professores atuam em ambientes precários, sem estrutura básica, com excesso de alunos e falta de materiais.

Essas condições afetam diretamente o desempenho do profissional e, consequentemente, o aprendizado dos estudantes. Quando o ambiente escolar é inadequado, tanto o professor quanto o aluno são prejudicados. Portanto, oferecer

escolas seguras, bem equipadas e com recursos suficientes é uma das formas mais concretas de valorizar o educador.

Outro ponto essencial diz respeito à saúde física e mental dos professores. A pressão por resultados, a violência em algumas escolas, a sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento são fatores que geram estresse, adoecimento e até abandono da profissão.

Cuidar da saúde dos docentes é garantir que eles possam desempenhar seu papel com disposição, equilíbrio e motivação. Políticas públicas que considerem esse aspecto são fundamentais, principalmente em áreas mais vulneráveis, como as zonas rurais, onde a realidade é ainda mais desafiadora.

Para que a valorização seja real e efetiva, é imprescindível ouvir quem está na linha de frente: os próprios professores. Nenhuma política educacional pode ser bem-sucedida se for pensada de forma autoritária ou distante da prática pedagógica.

Os educadores precisam ser protagonistas na construção das soluções, pois são eles que conhecem, na prática, as dificuldades e os caminhos possíveis para superá-las. A escuta ativa e o respeito pelos saberes e experiências dos profissionais são atitudes que fortalecem não só a carreira docente, mas a própria democracia.

Investir na valorização dos professores é, sem dúvida, investir no futuro do país. A educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento de uma nação, e ela só será de qualidade se os profissionais que a constroem forem respeitados, ouvidos e apoiados.

Um país que ignora seus educadores está, na verdade, comprometendo sua própria trajetória.

Por fim, é importante destacar que nenhuma reforma educacional será realmente eficaz se não colocar o professor no centro das transformações. Ele deve ser visto como agente essencial na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Sem o professor, não há educação; e sem educação, não há futuro. Portanto, reconhecer a importância desse profissional é uma responsabilidade de toda a

sociedade, e especialmente dos governos, que precisam desenvolver políticas públicas sensíveis, participativas e eficientes.

Desafios da Carreira Docente

A valorização dos profissionais da educação é um elemento central para o fortalecimento da escola pública e para a promoção de um ensino de qualidade. Apesar de ser constantemente destacada em discursos políticos e documentos oficiais, como o Plano Nacional de Educação (PNE), essa valorização ainda está longe de se concretizar plenamente no cotidiano dos professores brasileiros.

Diversos fatores contribuem para essa realidade, entre eles: a formação inicial e continuada deficitária, as condições precárias de trabalho, a remuneração abaixo do ideal e a presença de profundas desigualdades entre as redes de ensino, especialmente quando se observa a educação nas áreas rurais.

A presente reflexão busca discutir como esses aspectos formação, condições de trabalho, remuneração interferem diretamente na valorização docente e como os desafios enfrentados pelos educadores, particularmente no contexto da educação do campo, revelam contradições e limites das políticas educacionais atuais.

A valorização do magistério, embora prevista em lei, ainda esbarra em entraves estruturais e políticos que dificultam a sua efetivação como prática cotidiana nas escolas públicas brasileiras.

A FORMAÇÃO DOCENTE: BASE PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA QUALIFICADA

A formação dos professores é o ponto de partida para o exercício de uma docência crítica, reflexiva e transformadora. É por meio da formação inicial que o educador adquire os fundamentos teóricos e metodológicos que embasam sua prática pedagógica, e é por meio da formação continuada que ele aprofunda, atualiza e renova esses saberes, em diálogo com as transformações sociais, culturais e tecnológicas da sociedade.

ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

Entretanto, no Brasil, ainda existem grandes disparidades na qualidade da formação oferecida aos docentes. Muitos cursos de licenciatura, sobretudo nas regiões mais afastadas dos grandes centros, enfrentam problemas estruturais, como falta de professores qualificados, ausência de recursos didáticos e pouco contato com a realidade das escolas.

Além disso, o acesso à formação continuada é desigual: muitos professores não dispõem de tempo, condições financeiras ou apoio institucional para participar de cursos, especializações e programas de capacitação.

A valorização docente passa, portanto, pela ampliação da oferta de formação de qualidade, com incentivos à pós-graduação e políticas públicas que promovam a formação em serviço, respeitando os saberes e a trajetória dos educadores.

Quando o professor tem acesso a oportunidades formativas adequadas, ele se sente mais preparado para lidar com os desafios da sala de aula e mais motivado a permanecer na carreira.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA

As condições de trabalho são fatores determinantes para a satisfação e o desempenho profissional dos professores. Tais condições envolvem uma série de elementos, como a infraestrutura física das escolas, a disponibilidade de recursos pedagógicos, a organização da jornada de trabalho, a segurança no ambiente escolar, o acesso a apoio pedagógico e psicológico, entre outros.

Infelizmente, ainda é comum encontrar escolas públicas em condições precárias: salas mal ventiladas, falta de equipamentos, ausência de bibliotecas e laboratórios, mobiliário danificado, conexão à internet instável ou inexistente.

Essas situações tornam o trabalho docente mais difícil, desgastante e, muitas vezes, desestimulante. Além disso, os professores frequentemente enfrentam sobrecarga de trabalho, com turmas superlotadas, múltiplas funções, jornadas extensas e tempo insuficiente para planejamento e estudo.

Outro aspecto muitas vezes negligenciado nas políticas de valorização docente é o cuidado com a saúde física e mental dos professores.

ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

A pressão por resultados, a indisciplina em sala de aula, a violência escolar e a falta de apoio institucional contribuem para o adoecimento da categoria, aumentando os índices de afastamentos por depressão, ansiedade e síndrome de burnout.

Portanto, valorizar o magistério é também garantir condições adequadas de trabalho. Isso significa investir na infraestrutura das escolas, oferecer suporte técnico e pedagógico, respeitar a carga horária legal da categoria e implementar políticas de saúde e bem-estar voltadas aos educadores. Somente em um ambiente de trabalho digno é possível esperar que o professor exerça sua função com excelência e comprometimento.

Remuneração e Reconhecimento da Profissão Docente

A remuneração dos professores é um dos aspectos mais debatidos no que diz respeito à valorização da carreira docente.

Embora se reconheça que a valorização vai além do salário, é inegável que ele é um indicador objetivo do reconhecimento social da profissão. Um salário digno permite que o professor viva com estabilidade, invista em sua formação e se dedique integralmente à educação.

No Brasil, apesar da existência da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério, aprovada em 2008, a realidade ainda está longe do ideal. Muitos estados e municípios não cumprem a legislação, alegando falta de recursos financeiros.

Além disso, há desigualdades significativas entre redes de ensino, o que gera distorções salariais e desmotivação entre os profissionais.

Outro problema relacionado à remuneração é a ausência de critérios claros e eficazes de progressão na carreira. Em diversas redes, o plano de carreira é inexistente ou está defasado, sem contemplar a valorização por tempo de serviço, titulação ou desempenho.

Essa ausência de perspectivas de crescimento desestimula a permanência na profissão e contribui para a rotatividade docente, que afeta negativamente a continuidade e a qualidade do trabalho pedagógico.

É fundamental que as políticas públicas avancem no sentido de garantir salários compatíveis com a importância da função docente e de assegurar planos de carreira justos, que incentivem o aperfeiçoamento profissional e reconheçam os méritos dos educadores.

A valorização salarial deve ser acompanhada de outras formas de reconhecimento, como premiações, bolsas de pesquisa, participação em decisões escolares e autonomia pedagógica.

Desafios e Contradições na Valorização Docente

Apesar de alguns avanços conquistados nas últimas décadas, como a criação do piso salarial nacional, a aprovação do PNE e a formulação de diretrizes para a formação docente, os desafios para consolidar uma valorização efetiva do magistério ainda são numerosos.

Em muitas situações, observa-se uma grande distância entre o que está previsto nas leis e o que ocorre na prática cotidiana das escolas.

A falta de cumprimento das leis por parte de estados e municípios é um dos principais entraves. Seja por limitações orçamentárias, seja por falta de vontade política, muitos gestores públicos não garantem o piso salarial, não atualizam os planos de carreira e não oferecem condições adequadas de trabalho. Isso gera uma valorização desigual entre diferentes regiões do país, prejudicando especialmente os profissionais das áreas mais pobres e periféricas.

Na educação do campo, esses problemas são ainda mais acentuados. Professores que atuam em zonas rurais enfrentam transporte deficiente, escolas mal estruturadas, falta de recursos pedagógicos e escasso acesso à formação continuada. Apesar da existência de políticas específicas, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, sua implementação é limitada e, muitas vezes, ignorada pelas gestões locais.

Outro problema crônico é a precarização dos vínculos empregatícios. Em vez de concursos públicos e estabilidade, muitos professores são contratados de forma temporária, com baixos salários e ausência de direitos trabalhistas.

Essa prática enfraquece a construção de uma carreira sólida e desvaloriza o trabalho docente.

Por fim, há permanências históricas que ainda não foram superadas, como a falta de respeito à jornada de trabalho legal, a sobrecarga de tarefas extraclasse e a desvalorização simbólica da profissão.

Essas contradições revelam a necessidade urgente de ações estruturantes que garantam a efetivação das leis existentes e a ampliação de políticas públicas voltadas à valorização integral dos profissionais da educação.

Valorizar os profissionais da educação é essencial para garantir uma escola pública de qualidade, comprometida com a formação crítica e emancipadora dos sujeitos.

A valorização docente não pode ser pensada de forma isolada, mas deve articular diferentes dimensões: formação inicial e continuada, condições adequadas de trabalho, remuneração justa e reconhecimento social.

Os desafios são muitos e os avanços ainda tímidos frente à complexidade da realidade brasileira. Especialmente no campo, a precariedade das estruturas e o distanciamento das políticas públicas revelam a necessidade de maior comprometimento dos governos com a educação como um direito fundamental e estratégico para o desenvolvimento do país.

É urgente que as políticas de valorização do magistério deixem de ser apenas discursos e se transformem em ações efetivas, garantindo aos professores respeito, dignidade e condições para exercer plenamente sua profissão. Sem professores valorizados, não há educação de qualidade.

E sem educação de qualidade, não há futuro possível para o Brasil.

CONCLUSÃO

A valorização dos professores é um tema que precisa ser compreendido de forma ampla e profunda. Não se trata apenas de oferecer aumentos salariais ou promoções na carreira, mas de garantir um conjunto de condições que permitam ao educador exercer sua função com dignidade, reconhecimento e apoio adequado.

Para isso, é fundamental que haja uma articulação entre políticas públicas eficazes, participação ativa da sociedade e compromisso real por parte dos governos.

A carreira docente precisa ser encarada como algo mais do que uma trajetória profissional. Ela deve representar a valorização do saber pedagógico, o respeito ao papel fundamental do professor na formação de cidadãos e o reconhecimento da importância da escola como espaço de transformação social.

Ter uma carreira estruturada é essencial, mas ela precisa vir acompanhada de condições reais de trabalho, como infraestrutura adequada, recursos didáticos, tempo para planejamento e apoio institucional.

De acordo com Freitas (2022), a valorização dos professores envolve três dimensões centrais: a formação, as condições de trabalho e a remuneração. Esses aspectos não podem ser tratados de forma separada ou pontual, pois estão interligados e afetam diretamente a qualidade do ensino.

Um professor bem formado, com boas condições de atuação e salário digno, terá mais motivação e segurança para desenvolver seu trabalho com excelência.

Além disso, é preciso considerar o bem-estar físico e mental dos educadores, pois muitos enfrentam jornadas exaustivas, ambientes escolares desafiadores e pouca valorização social. Promover a saúde e o equilíbrio emocional dos professores também faz parte da valorização e é indispensável para garantir um ensino mais humano e eficaz.

Assim, só será possível consolidar uma política educacional de verdade quando os direitos dos professores forem respeitados em sua totalidade. Isso significa investir de forma consistente na formação inicial e continuada, criar planos de carreira justos, melhorar as condições de trabalho e assegurar salários compatíveis com a importância da profissão.

Ao fazer isso, o país estará não apenas valorizando seus educadores, mas também garantindo uma educação pública de qualidade e socialmente justa para todos.

ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

Referências

FREITAS, Luiz Carlos de. Valorização docente e carreira: elementos para o debate sobre políticas educacionais no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Define o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE (2014–2024). Lei nº 13.005/2014. Disponível em: https://www.mec.gov.br. Acesso em: ago. 2025.